

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.665 - MS (2019/0303970-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : WILLIAM ALBUQUERQUE DE SOUSA FARIA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : FRANCISCO TOLENTINO NETO - SP055914  
BRUNO BARRIONUEVO FABRETTI - SP316079  
HUMBERTO BARRIONUEVO FABRETTI - SP253891  
WILLIAM ALBUQUERQUE DE SOUSA FARIA - SP336388  
MARIA JULIA GONÇALVES DE OLIVEIRA RIBEIRO - SP384223  
RAFAELA PEREIRA - SP406987  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PACIENTE** : LINDOLFO FERREIRA LIMA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **LINDOLFO FERREIRA LIMA** contra decisão de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul que indeferiu pedido liminar (e-STJ, fls. 30-31).

Narram os autos que o paciente foi condenado à pena de 14 anos de reclusão, em regime fechado, por infração ao disposto no art. 121, § 2º, IV, do Código Penal.

Inconformada, a defesa impetrou o primevo *habeas corpus*, perante o TJMS, cujo pedido de liminar foi indeferido pelo Relator.

Neste *writ*, sustenta a defesa, em suma, que o paciente está segregado com base em condenação nula de pleno de direito, devido à por falta de intimação do réu para a constituição de novo advogado, "ante a inércia do patrono constituído da ciência do retorno das cartas precatórias" (e-STJ, fl. 4).

Aduz que "não se entendendo pela primeira tese, há nulidade na ausência de intimação pessoal da defensoria pública da decisão de pronúncia" (e-STJ, fl. 4).

Requer, assim, o provimento do pedido liminar, para que seja superada a dicção da Súmula 691/STF, para que se revogue a prisão preventiva do paciente. Alternativamente, pugna pela concessão de medidas cautelares diversas da prisão, nos termos do art. 319 do CPP.

**É o relatório.**

**Decido.**

Esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada, consoante os termos da Súmula 691/STF.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*.  
IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA N. 691/STF. ART. 1º, I, § 1º, DO DECRETO N. 201/1967 (TRÊS VEZES) E ART. 316 DO CP (TRÊS VEZES).

# Superior Tribunal de Justiça

DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível *habeas corpus* contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. Caso em que a prisão foi decretada em razão do descumprimento de medida cautelar anteriormente imposta, conforme previsão. Precedentes. Ausência de manifesta ilegalidade, abuso de poder ou teratologia a autorizar a superação do mencionado enunciado.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no HC 400.949/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 1º/8/2017).

Na hipótese, a Corte de origem indeferiu o pleito liminar, por não verificar a presença dos requisitos autorizadores da medida de urgência, nos seguintes termos:

"[...] Colhe-se dos autos do processo nº 0550026-51.1996.8.12.0041 que o paciente, diante da decisão do Tribunal do Júri, foi condenado à pena de 14 (quatorze) anos de reclusão, em regime fechado, por infração ao art. 121, § 2º, IV, do Código Penal.

Consta dos autos da ação originária (saj - campo grande) que pela decisão de fl. 352 foi determinada a expedição do edital de intimação da decisão de pronúncia, cuja publicação está às fls. 353-354 e certidão de fl. 355.

Na decisão de fl. 358 dos autos da ação originária, consta que a defesa do réu teria se manifestado sobre a decisão de pronúncia.

Consta da sentença com cópias às fls. 381-383. que a sentença foi publicada, intimada as partes em plenário, com registro oportuno.

Na hipótese em tela, após examinar de forma pormenorizada os fundamentos aventados pelo impetrante, não vislumbrei, por ora, no âmbito de um juízo de cognição sumária, os elementos necessários à concessão da tutela de urgência, antes das informações necessárias pela autoridade apontada como coatora.

Dessa forma, sem prejuízo do pronunciamento de mérito a ser proferido na ocasião oportuna, indefiro o pedido liminar pretendido.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora.

Após. vista à Procuradoria-Geral de Justiça" (e-STJ, fls. 30-31).

No caso dos autos, não se verifica a ocorrência de flagrante ilegalidade na decisão impugnada, de modo a justificar o processamento da presente ordem.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
Relator

